

Corpos em trânsito: mulheres trans brasileiras no mercado do sexo na Europa

Marcos de Araújo Silva e Donizete
Rodrigues

Marcos de Araújo Silva

Ludwig Maximilian University – Munique, Alemanha
E-mail: marcosimonstock@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9461-5043>

Donizete Rodrigues

Universidade da Beira Interior – Covilhã, Portugal
E-mail: dony@ubi.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2680-204X>

Resumo: O artigo analisa as trajetórias diaspóricas de mulheres trans brasileiras, que trabalham no mercado do sexo na Europa Central. No total, foram entrevistadas 38 mulheres neste estudo. Com base em pesquisas empíricas, o objetivo é entender como as dimensões étnico-raciais, de gênero e sexualidade se concatenam, circunscrevem novas modalidades de colonialidade e podem ser articuladas para criar estratégias de resistência, mobilização e empoderamento feminino. O estudo foca quatro questões: 1) relações de conflito e sororidade entre as brasileiras e as de outras nacionalidades; 2) engajamento político e estratégia de luta contra a discriminação e transfobia; 3) transformações corporais exigidas pelo mercado do sexo e como isso afeta as identidades/subjetividades; 4) como este contexto migratório específico dinamiza as relações de colonialidade e ressignificam as lutas antirracistas, pós-coloniais e interseccionais.

Palavras-chave: Europa; interseccionalidade; brasileiras; mulheres trans; mercado do sexo.

Bodies in transit: Brazilian trans women in the sex industry in Europe

Abstract: The article analyzes the diasporic trajectories of Brazilian trans women working in the sex industry in Central Europe. A total of 38 women were interviewed for this study. Based on empirical research, the objective is to understand how ethnic-racial, gender, and sexuality dimensions intersect, give rise to new forms of coloniality, and can be articulated to create strategies of resistance, mobilization, and women's empowerment. The study focuses on four issues: (1) relationships of conflict and sisterhood between Brazilian trans women and women of other nationalities; (2) political engagement and strategies to combat discrimination and transphobia; (3) bodily transformations required by the sex industry and how they affect identities and subjectivities; and (4) how this specific migratory context reconfigures relations of coloniality and reframes anti-racist, postcolonial, and intersectional struggles.

Keywords: Europe; intersectionality; Brazilian women; trans women; sex industry.

Cuerpos en tránsito: mujeres trans brasileñas en el mercado del sexo en Europa

Resumen: El artículo analiza las trayectorias diaspóricas de mujeres trans brasileñas que trabajan en el mercado del sexo en Europa Central. En total, fueron entrevistadas 38 mujeres en este estudio. Con base en investigaciones empíricas, el objetivo es entender cómo las dimensiones étnico-raciales, de género y sexualidad se concatenan, circunscriben nuevas modalidades de colonialidad y pueden ser articuladas para crear estrategias de resistencia, movilización y empoderamiento femenino. El estudio se centra en cuatro cuestiones: (1) relaciones de conflicto y sororidad entre las brasileñas y las de otras nacionalidades; (2) compromiso político y estrategia de lucha contra la discriminación y la transfobia; (3) transformaciones corporales exigidas por el mercado del sexo y cómo esto afecta a las identidades y subjetividades; y (4) cómo este contexto migratorio específico dinamiza las relaciones de colonialidad y resignifica las luchas antirracistas, poscoloniales e interseccionales.

Palabras clave: Europa; interseccionalidad; brasileñas; mujeres trans; mercado del sexo.

Introdução

Diversos estudos apontam que um importante segmento dos heterogêneos fluxos migratórios de brasileiras/os para o exterior é composto por mulheres trans (transgênero e transexuais)¹, tanto que, do ponto de vista socioantropológico, pode-se falar de uma diáspora trans específica dentro da ampla diáspora brasileira (Piscitelli, 2004, 2007, 2011; Pelúcio, 2009, 2011; Vartabedian, 2014). Analiticamente, trata-se de um segmento diaspórico que envolve, em muitos casos, migração, marginalidade e sexualidade (Agustin, 2004, 2007).

Nas últimas duas décadas, vem crescendo o número de mulheres trans brasileiras que, fugindo da violência, migram para a Europa, já que o Brasil, numa escala mundial, é o país que mais mata pessoas trans (Nações Unidas, 2021). Por isso, o perfil das trans brasileiras na Europa vem se diversificando: embora muitas participem do mercado do sexo (Sanders, 2005), outras conseguem se inserir nas mais variadas esferas laborais: mundo acadêmico, moda, gastronomia, artes, trabalho de cuidado com idosas/os, comércio varejista etc. Além disso, as atuais crises socioeconômicas também favorecem o crescimento do número de mulheres trans vítimas do tráfico internacional de seres humanos.

Desde 2012, um dos autores deste artigo faz parte de grupos que integram o ativismo LGBTQIAPN+ na Europa central. Por conta desta participação, foram estruturadas rede de contatos na Alemanha, na Holanda e na Suíça, que facilitaram os encontros, as interlocuções e os laços de confiança e amizade com as interlocutoras deste estudo (38 no total). Em comum acordo, todas apresentam nomes fictícios, escolhidos por elas próprias. Os nomes masculinos que possuíam antes de tornarem-se mulheres trans também foram escolhidos por elas.

A partir de uma densa etnografia – no sentido preconizado por Geertz (1973) – o trabalho visa analisar as trajetórias diaspóricas de mulheres trans brasileiras, que trabalham no mercado do sexo na Europa Central, nomeadamente, entender como as dimensões étnico-raciais, gênero e sexualidade se concatenam, circunscrevem novas modalidades de colonialidade e podem ser articuladas para criar estratégias de resistência, mobilização e empoderamento feminino. O estudo foca em quatro questões principais: 1) relações de conflito e sororidade entre as brasileiras trans e cisgênero e as mulheres de outras nacionalidades; 2) engajamento político e estratégia de luta contra a discriminação e transfobia; 3) transformações corporais exigidas pelo mercado do sexo e como isso afeta as identidades/subjetividades; 4) como os contextos migratórios dinamizam as relações de colonialidade e resignificam as lutas antirracistas, pós-coloniais e interseccionais, referente às discriminações múltiplas, nas quais estas brasileiras estão inseridas.

Interseccionalidade, colonialidade e sororidade

Segundo Marcela Lagarde (2020, 1994), sororidade é um termo oriundo do latim *soror* (irmã) e, desde as últimas décadas do século XX, vem sendo utilizado para referir-se às relações de irmandade e

¹ A diferença entre mulheres transgênero e transexuais é que estas últimas realizaram a “transição”; isto é, as cirurgias de redesignação de gênero.

solidariedade entre mulheres que vivenciam situações de opressão, violências (físicas e simbólicas) ou desigualdades em questões sociais de gênero. A autora defende que existe sororidade quando as mulheres se percebem como iguais, que podem aliar-se, compartilhar ações e, principalmente, mudar as suas realidades de dominação, opressão e subalternidade.

Comentando sobre as realidades da América Latina e da Europa, a partir da década de 2010, Sayak Valencia e Katia Sepúlveda (2016), Sayak Valencia e Olga Zhuravleva (2019) defendem que é imprescindível entender a sororidade a partir de diálogos com o transfeminismo (também chamado de feminismo inclusivo), vertente das lutas feministas que incorporam as demandas e especificidades das mulheres trans. Estas três autoras entendem que, para romper os cenários de fascismos e feminismos excludentes, é importante denunciar as violências transfóbicas e os discursos desumanizantes que podem advir de vozes teoricamente feministas. Além disso, argumentam que não basta lutar unicamente contra o patriarcado, mas, também, combater as forças políticas ultraconservadoras e fascistas que, embora discursivamente, defendem o que chamam de “igualdade entre homens e mulheres”. Estas forças se conseguissem avançar e adquirir ainda mais poder político imporiam outros modelos opressores e persecutórios, em relação às dissidências sexuais e de gênero. A perspectiva que permite a construção de sororidades e igualdades de gênero reais, na visão destas autoras, seria ultrapassar estas divisões internas presentes nos feminismos e permanecer sempre do lado das mulheres mais vulneráveis e das vítimas de violência, sejam elas quais forem – trans, imigrantes e ou refugiadas.

Sara Ahmed (2000) argumenta que nas sociedades anfitriãs (*host-societies*) boa parte das percepções sobre as imigrantes, nômadas, refugiadas são socialmente construídas a partir de memórias sociais e reminiscências coloniais. Seguindo esta perspectiva analítica de Ahmed (que é uma teórica feminista pós-colonial), podemos considerar que as mulheres brasileiras (cis e trans) são reconhecidas por um viés utilitarista e colonialista por parcelas significativas das populações nos três países investigados (Alemanha, Holanda e Suíça). Isso acontece porque, embora o Brasil tenha sido colonizado por Portugal, e formalmente tenha se tornado um país independente em 1822, a colonialidade do poder (Quijano, 2000) manteve-se através dos ideais eurocêntricos e da multiplicidade de colonialidades que se perpetuaram entre os países da América Latina (Martins, 2012) e da Europa (Tlostanova; Mignolo, 2012; Mignolo, 2007) até hoje.

Para Aníbal Quijano (2000), o que garante a permanência das colonialidades são, além dos controles sobre as identidades étnicas, as populações racializadas, as sexualidades ou as normas trabalhistas determinadas pelas elites imperialistas globais, sobretudo, as mentalidades hegemônicas e internalizadas como superiores: brancas, europeias, machistas, misóginas, heterossexistas ou chauvinistas.

Assim, este autor entende as colonialidades do poder como uma matriz conceitual e interpretativa, que busca controlar as autoridades políticas, as relações de trabalho e as regulações sobre os gêneros, as sexualidades e as subjetividades, que constantemente se articulam para impor uma valorização ideológica das sociedades euro-americanas como melhores, evoluídas e universais.

Tais ideais eurocêntricos são operacionalizados por meio de instituições variadas, que abrangem desde Estados-nação e corporações financeiras internacionais até elites coloniais de cada país, promotoras dos processos de colonialismo interno. Algumas das consequências mais visíveis e trágicas desses ideais, que objetivam tornarem-se universais, são a ideologia da supremacia branca, a desvalorização das culturas latino-americanas, a fetichização dos corpos latinos e a obsessão pela lucratividade capitalista a qualquer preço.

Aprofundando estas perspectivas epistemológicas trazidas por Quijano (2000), outros autores, como Escobar e Mignolo (2010) e Mignolo (2011), entendem que, além de restituir a soberania (não apenas no sentido materialista, mas, também, ontológico) às populações tradicionais de um território, os processos de descolonização precisam trabalhar nas esferas cosmológicas; isto é, em processos de historicização e reflexividade crítica das visões de mundo coloniais que são construídas, internalizadas e transmitidas através das instituições financeiras, educacionais/acadêmicas, culturais, religiosas, comunitárias e familiares que, conscientemente ou não, favorecem a perpetuação da colonialidade.

Na perspectiva teórica de Quijano (2000) e Mignolo (2011), o Brasil e outros países latino-americanos não foram totalmente descolonizados, pois, desde os descobrimentos (invasões, na perspectiva ameríndia), diversas nações indígenas sofrem genocídios e ainda lutam pela posse de suas terras originárias, o machismo e a misoginia continuam naturalizados, o racismo permanece estrutural e institucional e alguns grupos sociais que apresentam diversidade racial, étnica, sexual ou de gênero são perseguidas, violentadas, simbólica e fisicamente.

A coletânea organizada por Heriberto Cairo e Ramón Grosfoguel (2010) reflete criticamente a historicidade e as permanências dos universalismos eurocêntricos e convida para repensar a Europa a partir das insurgências pós-coloniais e decoloniais advindas da América Latina.

Segundo esses modelos analíticos, os movimentos diaspóricos de mulheres brasileiras trans para a Europa Central podem ser considerados como uma das facetas da permanência dos estados de colonialidades, que vinculam, na atualidade, a América Latina e a Europa (Ballestrin, 2013). Dessa forma, as relações de sororidade e as lutas antirracistas destas mulheres trans integram-se a outras mobilizações sociais e, com isso, configuram-se dentro do espectro das heterogêneas lutas pós-coloniais contemporâneas, como veremos melhor adiante.

O estudo: mulheres trans brasileiras no mercado do sexo na Europa Central

As nossas pesquisas empíricas foram realizadas na Alemanha, Holanda e Suíça (nas cidades de Amsterdã, Berlim, Frankfurt, Hamburgo e Zurique), entre janeiro de 2018 e abril de 2024. Nestes três países, o mercado do sexo envolvendo mulheres é segmentado em função: 1) do gênero – cerca de 70% das mulheres são cis e as outras 30% são trans; 2) da nacionalidade de origem – mais de 60% são oriundas do Leste europeu e o restante dos três países europeus citados, da América Latina, África e

Ásia²; e 3) de fatores raciais e étnicos (Freedman, 2003; Kara, 2009; MacKinnon, 2011; Mattson, 2016; Jahnsen; Wagenaar, 2018).

Na Alemanha, na Holanda e na Suíça, as mulheres trans brasileiras inserem-se em três complexos contextos migratórios, marcados por relações interétnicas; isto é, relações onde o reconhecimento mútuo das características étnicas e culturais pode diminuir ou acentuar os conflitos sociais no cotidiano dos grupos envolvidos (Eriksen, 2002).

Nas cidades citadas em que o estudo foi feito (Amsterdã, Berlim, Frankfurt, Hamburgo, Munique e Zurique), cerca de 80% das interlocutoras trabalham em áreas urbanas centrais, porém, residem em áreas periféricas e precisam conviver com integrantes das maiores comunidades imigrantes desses respectivos países. No caso da Holanda, principalmente turcas/os (incluindo as/os curdas/os), marroquinas/os (incluindo as/os berberas/es) e surinamesas/es (StatLine, 2022). Na Suíça, sobretudo com italianas/os, alemãs/alemães e portuguesas/es, que formam, respetivamente, 15,6%, 15,2% e 12,7% do total da população estrangeira residente no território suíço (Bundesamt für Statistik, 2024). No caso da Alemanha, as brasileiras convivem com imigrantes de diversas nacionalidades, especialmente com refugiadas/os sírias/os e ucranianas/os e com turcas/os, que constituem a maior coletividade imigrante no território alemão³. No caso das/os turcas/os, esta minoria étnica apresenta, em sua maioria, dificuldades em se integrar à *Leitkultur* alemã⁴. Ampliando ainda mais esse contexto multiétnico, desde março de 2022, um número significativo de pessoas da Ucrânia (especialmente mulheres e crianças) têm chegado à Alemanha, fugindo da guerra, provocada pela invasão de tropas russas no território ucraniano, iniciada em 22 de fevereiro de 2022⁵.

Com base em alguns estudos (Bader, 2013; Bauerdick, 2013; Jonuz, 2014; Jonuz e Weiß, 2020), e nas nossas próprias pesquisas empíricas, podemos afirmar que, no contexto diaspórico, as mulheres imigrantes (latino-americanas, africanas, asiáticas e mesmo do Leste europeu) são racializadas e/ou etnicizadas. Mesmo sendo maioritariamente brancas e identificando-se como europeias, muitas mulheres nascidas no Leste europeu (ou descendentes), que atuam nos mercados do sexo da Europa Central, são caracterizadas por diversos segmentos dessas sociedades anfitriãs como *Zigeunerin* –

² Estes números referem-se a dados absolutos, que incluem as mulheres estrangeiras que se prostituem na Europa Central de forma geral. Com relação às mulheres brasileiras (cis e trans), especificamente, não existem dados oficiais. Entretanto, na nossa pesquisa, ouvimos voluntárias ligadas à Transgender Europe (TGEU) sobre esta questão. A TGEU foi fundada pelo governo da Holanda e pelo Conselho da Europa e integra uma rede de diferentes organizações que trabalham para combater a discriminação contra pessoas trans e apoiar os seus direitos. De acordo com essa fonte, é possível considerar que cerca de 40% das mulheres brasileiras que trabalham como profissionais do sexo na Europa são mulheres trans (TGEU, s./d.).

³ O Estado alemão não permite que as/os cidadãs/ãos declarem suas identidades nos censos demográficos e, por isso, as estatísticas oficiais não revelam dados sobre pertença étnica. No entanto, os estudos de Graham E. Fuller (2020) e Stefan Zeppenfeld (2021) divulgaram estimativas de que existem aproximadamente sete milhões de turcos na Alemanha.

⁴ *Leitkultur* pode ser traduzido como cultura norteadora, cultura comum ou cultura básica. O conceito foi popularizado pelo sociólogo Bassam Tibi, nascido na Síria e com nacionalidade alemã. Desde o início deste século XXI, esse conceito está presente nos principais debates políticos sobre imigração e identidade nacional na Alemanha (Tibi, 1998, 2018).

⁵ Estimativas oficiais, divulgadas em 12 de março de 2022, indicavam que já havia cerca de 123.000 refugiadas/os ucranianas/os na Alemanha; com o prolongamento do conflito bélico, este número vem crescendo significativamente (Tagesschau, 2022).

termo que significa, literalmente, ciganas, nômades, mas que é usado pejorativamente para se referir às mulheres pobres, refugiadas ou imigrantes vindas do Leste europeu, em especial as mendigas e prostitutas (Jonuz, 2013; Wippermann, 2015; Van Baar; Kóczé, 2020).

Na Alemanha e na parte germânica da Suíça (onde se localiza Zurique), Zigeuner (um termo discriminatório) é utilizado por alguns segmentos das populações alemãs e suíças para se referir aos membros das comunidades étnicas Rom, Sinti e Yeniche. Além de terem as suas imagens comumente associadas aos preconceitos e estigmas relacionados à vagabundagem e à criminalidade (especialmente furtos e invasões de terras), em muitos casos, também sofrem discriminações raciais por conta de características fenotípicas que lhes são atribuídas (Bader, 2013; Bauerdick, 2013; Jonuz, 2013; Wippermann, 2015; Jonuz; Weiß, 2020).

Apesar da forte concorrência existente no mercado do sexo – e de alguns conflitos entre as cis e transbrasileiras e de outras nacionalidades –, esta complexa conjuntura migratória possibilita também a existência de diálogos, solidariedades, redes de apoio, cooperação e relações de sororidade entre elas. De acordo com 12 interlocutoras trans (seis brasileiras, três romenas, duas búlgaras e uma ucraniana), serem chamadas *de Nutte* e *Hure*⁶ por vizinhas/os e clientes faz parte das suas realidades como profissionais do sexo, acrescido de outras discriminações, preconceitos e violências, físicas e simbólicas. Diante disso, estabelecer alguns acordos sororos (que contemplem a sororidade ou que sejam criados a partir da sororidade) entre elas constituem uma estratégia de sobrevivência, ainda que tais acordos sejam provisórios.

Padrões estéticos e corpos em disputa no mercado do sexo

Um ponto em comum entre as nossas interlocutoras na Alemanha, na Holanda e na Suíça (38 no total) é a necessidade de adaptar constantemente os seus corpos, não às formas como gostariam de tê-los, mas sim às formas corporais que sejam mais apreciadas pelos clientes. Por este motivo, 21 interlocutoras não realizaram as cirurgias de redesignações sexuais. Das 17 restantes, 6 disseram ter feito porque os seus melhores clientes exigiram e 11 realizaram tais procedimentos cirúrgicos após deixarem de ser profissionais do sexo, isto é, quando passaram a levar uma vida que consideram “normal” ou quando continuaram no mercado do sexo como “cafetinas” ou agenciadoras.

Diante das acirradas e constantes concorrências com outras mulheres (cis e trans) de diferentes países, mas principalmente do Leste europeu (romenas, búlgaras, albanesas e ucranianas), nos mercados do sexo alemão, holandês e suíço, as brasileiras trans precisam criar estratégias para feminilizar a aparência dos seus corpos, estarem sempre atualizadas com as recentes técnicas de crossdressing (utilização de roupas e acessórios ou adoção de estilos socialmente associados ao gênero oposto) e, também, ao costume de manterem os seus corpos definidos, rejuvenescidos, atrativos e, com isso, sexualmente valorizados. Nesse contexto, as cirurgias plásticas e especialmente os procedimentos de harmonizações faciais ou de feminização facial constituem, segundo vários

⁶ Termos depreciativos usados nos mercados do sexo na Alemanha e na Suíça germânica para se referir às prostitutas com a intenção de compará-las a um objeto sexual.

relatos, um importante campo de batalha – disputam umas com as outras na busca por corpos e rostos considerados perfeitos aos padrões estéticos hegemônicos da Europa Central.

No contexto desta pesquisa, 32 brasileiras trans que trabalham em Amsterdã, Berlim, Hamburgo, Frankfurt, Munique e Zurique disseram ter feito procedimentos básicos de feminização facial (rinoplastia, elevação do lábio superior, arredondamento da linha da mandíbula, estreitamento do queixo etc.), mas salientaram que rejeitam os procedimentos de harmonizações faciais que consideram radicais e irreversíveis. Elas temem que, após estes procedimentos estéticos e cirúrgicos (que podem incluir o preenchimento de partes do rosto com ácido hialurônico, a aplicação de toxina botulínica – Botox – e/ou o lifting facial, que é a inserção de fios de ácido polilático para parecer que a pele foi rejuvenescida), possam correr o risco de perder as suas identidades estéticas.

Além disso, realçaram que tinham medo de serem vítimas de erros médicos: 12 delas disseram conhecer outras mulheres trans que ficaram deformadas após se submeterem a harmonizações faciais radicais, com falsas/os médicas/os ou com médicas/os que não tinham licença para trabalhar como cirurgiãs/ões plásticas/os. Por isso, para além dos procedimentos básicos de feminização facial, preferem realizar continuamente as técnicas de “visagismo”, que não são invasivas e envolvem mais a adequação dos rostos para objetivos específicos (como, por exemplo, parecer mais exótica, indígena, mestiça ou mais jovem), por meio de maquiagens, cortes e colorações de cabelo e delineamento de sobrancelhas.

Vejamos um exemplo: Karine, brasileira trans de 26 anos, que mora na capital alemã desde 2017, deu o seguinte testemunho:

Aqui em Berlim uma boa prostituta não é dona de seu corpo, a gente fica feito marionetes sempre atendendo os pedidos dos clientes [...] No verão do ano passado, um empresário daqui chegou pra mim e disse: Quero passar um mês contigo na Croácia, mas te prepara bem, eu quero que você vire uma cover da Laverne Cox⁷, resumiu ela (Karine, *Diário de campo*, 11 ago. 2021).

De acordo com as informações dadas por Karine e duas colegas (aqui não nomeadas), um ponto a ser salientado é que o avô, o pai e os tios desse empresário alemão também tinham o costume de se relacionar sexualmente com mulheres brasileiras.

Segundo os dados que coletamos, existe uma tradição de os homens heterossexuais ou bissexuais dessa família alemã de fazer programas sexuais com latino-americanas (especialmente brasileiras) cis. A particularidade em relação à Karine e ao seu cliente é que este (assim como o seu pai e diferentemente do seu avô) possui um fetiche, uma maior atração por mulheres brasileiras e trans como ela, com corpos considerados híbridos e mais exóticos.

De acordo com oito interlocutoras, essa particularidade familiar envolvendo Karine não constitui um caso isolado; pelo contrário, está em sinergia com vários outros casos semelhantes na Europa

⁷ Atriz norte-americana, nascida em 1972, que ficou famosa mundialmente, entre outros trabalhos, pela sua participação em diversas temporadas da série de TV “Orange Is the New Black”. Laverne Cox é, também, ativista LGBTQIAPN+.

Central e em países do Sul da Europa. É neste sentido que, sociologicamente, a procura por mulheres trans brasileiras nos mercados do sexo da Europa Central pode ser considerada como um dos novos desejos dos mecanismos atuais da colonialidade, ressignificando e dinamizando relações de dominação e subalternidade que já existiam entre América Latina e Europa e que, historicamente, envolvem desigualdades e preconceitos concernentes às dimensões do gênero e da sexualidade.

Vejamos outro exemplo: nascida no ano de 1995, em Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), Michelle é uma trans que, desde quando tinha 11 anos, começou a prostituir-se no Brasil de forma autônoma. A sua mãe era dependente química e, por isso, fingia não ver que ela saía da escola e ia para uma área rural da cidade fazer programas sexuais, com homens adultos. A maior parte do dinheiro que conseguia ficava com a mãe, que o usava para comprar comida e cocaína. Michelle afirmou que não se sentia confortável com o nome com que foi registrada, João, e nem com o corpo de menino; por isso, não hesitou em receber doses de estrogênio (hormônio feminino) quando um dos seus clientes lhe ofereceu pela primeira vez o produto em 2007. Poucos meses após o início desse tratamento hormonal, o seu corpo começou a sofrer alterações, ficando mais feminino e, conseqüentemente, aumentando o bullying que já sofria na escola e no bairro onde residia. Michelle descreve esta fase da sua vida como um martírio, que só teve fim, em 2014, quando (então com 19 anos) conheceu no Leblon (bairro do Rio Janeiro) um cliente holandês que a convidou para ir fazer a vida em Amsterdã.

Na Holanda, os seus clientes eram, majoritariamente, homens holandeses, frísios⁸, alemães e belgas, mas ela também atendia lésbicas, bissexuais e pansexuais, principalmente da Europa Central e dos EUA. A mudança para a capital holandesa fez com que ela deixasse de ser amadora e se tornasse uma profissional do sexo, versátil e cosmopolita, com a mente aberta para práticas como a ecossexualidade⁹ em grupo e especialista em realizar fetiches, inclusive como dominatrix, pois conhece muito bem as práticas de Bondage, Discipline (or Domination), Sadism (or Submission), Masochism (BDSM)¹⁰.

Após se mudar para Frankfurt, em 2017, Michelle conhecia os seus clientes por meio de apps para telemóveis e encontrava-os no Rotlichtviertel¹¹. Para pagar dívidas que havia contraído para

⁸ Grupo étnico germânico, nativo das regiões costeiras da Holanda e do noroeste da Alemanha. Estão concentrados nas províncias holandesas de Frísia e Groningen e, na Alemanha, na região da Frísia Oriental (Ostfriesland, no estado da Baixa Saxônia) e no distrito de Frísia do Norte (Nordfriesland, no estado de Schleswig-Holstein). Mais informações sobre a historicidade dos frísios podem ser encontradas em Minahan (2000).

⁹ Ecossexualidade é uma forma de ativismo e fetichismo sexual/ambiental, baseada na ideia de que elementos da natureza, como rios, lagos, praias e montanhas (entre outros elementos) podem ser amantes do ser humano e fazer parte de relações sexuais coletivas. Para uma melhor contextualização da ecossexualidade, ver Clemons (2014).

¹⁰ Dominatrix (dominadora) é uma mulher que exerce o papel dominante na prática de BDSM, conjunto de práticas consensuais, envolvendo bondage, disciplina, dominação, submissão, sadomasoquismo e outros padrões de comportamento sexual relacionados.

¹¹ Nos países de língua alemã, o termo Rotlichtviertel (distrito da luz vermelha) designa a área de uma cidade onde a prostituição está concentrada e, geralmente, este termo é utilizado de forma negativa, com a intenção de estigmatizar quem lá trabalha. Em Frankfurt, a Kaiserstraße (uma das ruas mais famosas do centro desta cidade) se tornou um sinônimo de Rotlichtviertel para muitas pessoas, embora esta rua esteja fora do verdadeiro e mais tradicional distrito da luz vermelha de Frankfurt, que está concentrado na área do distrito da Estação do Norte (Nördliche Bahnhofsviertel), entre Taunusstraße e Niddastraße. No caso de Michelle, ela disse encontrar clientes na Kaiserstraße e, também, na Niddastraße.

comprar um apartamento, passou a trabalhar para um Zuhälter (cafetão) turco e ficou surpresa com a estrutura bem organizada e transnacional que era por ele comandada: articulações com diversos países, apartamentos espalhados por Frankfurt e outras cidades do país para os encontros íntimos e clientes (em sua maioria, alemães, suíços e norte-americanos) que pagavam mensalidades para ter privilégios, como poder escolher sempre as suas companhias ou encomendar garotas do Leste europeu e da América Latina para as férias de verão ou festas de fim de ano. Portanto, Michelle percebeu que era mais lucrativo trabalhar como uma profissional do sexo agenciada (cafetinada) e, assim, decidiu continuar a sua vida na Alemanha.

As condições de trabalho da Michelle melhoraram significativamente após ela conhecer as associações LSVD¹², que luta pelos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, e aBesD (Berufsverband erotische und sexuelle Dienstleistungen), associação profissional para serviços eróticos e sexuais, que luta pelos direitos das profissionais do sexo e ajudam mulheres como ela em questões como apoio jurídico e psicológico (BesD, s./d.). Embora se defina como uma mulher transfeminista, Michelle apoia o trabalho de associações como a BesD e entende que os conflitos entre os grupos feministas e os grupos que lutam pelos direitos das prostitutas poderiam ser dirimidos se houvesse mais diálogo entre ambos¹³. Segundo ela, quando não há coerção e o livre-arbítrio é respeitado, a prostituição é um trabalho como qualquer outro, e os estigmas associados às prostitutas se originam da mentalidade conservadora, judaico-cristã, colonialista e hipócrita que estaria presente na maior parte da população europeia.

Na Alemanha, Michelle passou a ser reconhecida no mercado do sexo como uma profissional qualificada e a sua imagem constava em alguns catálogos disponíveis em websites e apps de smartphones para encontros sexuais. Com isso, passou a trabalhar entre Berlim, Frankfurt e Zurique e, devido às idas e vindas entre estas três cidades, tornou-se uma mulher mais politizada e consciente da importância de lutar coletivamente pelos direitos de cidadania das mulheres trans que atuam no mercado do sexo. Ela conheceu o ativismo trans em Amsterdã e, posteriormente, o ativismo interseccional na Alemanha e Suíça, convergindo as demandas e reivindicações de pessoas trans, negras, imigrantes e refugiadas e que permite articular e potencializar estratégias de mobilização coletiva.

Segundo as opiniões de 15 das 38 interlocutoras da nossa pesquisa, as mulheres imigrantes trans, de uma forma geral (não apenas aquela parcela que trabalha na prostituição), participam mais de

¹² Sediada em Berlim, a LSVD (Lesben und Schwulenverband in Deutschland/Associação de Lésbicas e Gays na Alemanha), com mais de 4.400 membros, é a maior organização não-governamental de defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ no território alemão (LSVD, s./d.).

¹³ Os movimentos feministas na Alemanha, Holanda e Suíça são heterogêneos. Entretanto, com bases nas nossas pesquisas e em alguns estudos socio-antropológicos (Gerheim, 2011; Bartos, 2013), podemos considerar que a maioria dos grupos feministas nestes três países é contra a prostituição por considerá-la uma forma de dominação masculina (Bourdieu, 2003). Segundo esses grupos, a prostituição é um mecanismo transnacional do sistema patriarcal e de opressão das mulheres (cis e trans), que explora muitas delas para o benefício financeiro dos/as poucos/as que gerenciam as redes de lenocínio. Além disso, tais grupos acusam as redes de prostituição de serem coniventes ou responsáveis pelo aumento do número de mulheres vítimas do tráfico internacional de seres humanos para exploração sexual no continente europeu, especialmente na Europa Central.

movimentos antirracistas do que mulheres imigrantes cis, independente destas últimas serem ou não também prostitutas. Isso ocorre porque as mulheres cis (maioritariamente) planejam casar-se com algum europeu e estabelecer-se na Europa. Muitas mulheres trans também possuem este desejo, porém a transfobia enraizada na sociedade faz com que poucos homens europeus tenham coragem de enfrentar o preconceito que o casamento com uma mulher trans traria para suas vidas. Quatro interlocutoras (que se consideram ativistas trans) afirmaram que o patriarcado não é somente machista e misógino, mas, também, transfóbico, xenófobo e racista. Por isso, elas lutam contra o cispatriarcado e participam de grupos antirracistas como o movimento Black Lives Matter (BLM), com origem nos Estados Unidos.

Uma das brasileiras trans que participa do BLM na Alemanha e na Suíça é Catherine. Nascida em 1989, em Vitória (Espírito Santo), e morando, desde 2013, entre Dübendorf (área metropolitana de Zurique) e Eschborn (município vizinho de Frankfurt), comentou que trabalha por delivery (atendendo clientes alemães e suíços que conhece pela internet) e, também, fazendo ponto nos fins de semana em boates de Frankfurt (nos meses de primavera e verão) e de Zurique (durante o outono e inverno).

Para Catherine, cidades como Frankfurt e Zurique vivem tensionadas pela grande presença de imigrantes e refugiadas/os e pelo consequente fascismo internalizado na sociedade. Esse cenário, na sua opinião, enfraquece as lutas antirracistas e contra a LGBTQIAPN+fobia, que são as discriminações, preconceitos e violências motivadas pela orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero de uma pessoa. De acordo com Catherine, isso ocorre principalmente porque estas tensões sociais dispersam grupos que poderiam ser aliados, favorecendo, dessa forma, os partidos políticos anti-imigração e transfóbicos ou grupos ultraconservadores. Afirmar ainda que tinha preconceitos em relação aos turcos, principalmente depois que, após uma briga por conta do pagamento de um encontro sexual, em 2015, ouviu de um cliente descendente de turcos: *Du alte Transe* (tu és um traveco velho) – ficou deprimida depois que entendeu o que esta frase significava¹⁴.

Durante algum tempo, Catherine compartilhava da ideia de que os turcos eram “todos transfóbicos” e estariam criando “uma Nova Turquia dentro da Alemanha”, por conta do suposto fechamento social que seria característico desta minoria étnica. Essa percepção foi alterada, em 2018, quando teve a oportunidade de conhecer melhor essa comunidade, em especial quando se tornou amiga de duas mulheres turcas trans e de um casal gay, composto por dois homens refugiados curdos nascidos na Turquia. Desta forma, entendeu que a diversidade de gênero também existe na comunidade turca que vive na Alemanha, porém que tal diversidade é invisibilizada e, muitas vezes, oprimida com ameaças e violências físicas.

¹⁴ Transe é uma palavra que muitas pessoas misóginas e transfóbicas utilizam na Alemanha e na Suíça germânica para se referir às mulheres trans com a intenção de humilhá-las, isso porque tal termo denota uma pessoa travestida do que ela não é ou, mais especificamente, um homem que usaria roupas femininas para fingir ser uma mulher.

Catherine afirmou que “deixou de lado” definitivamente todos os preconceitos e estereótipos que ainda poderia ter após conhecer Helmut, um homem trans alemão, nascido em 1991. Falando sobre o assunto, comentou:

Helmut fez eu me conhecer melhor depois de partilhar a trajetória dele comigo: a rejeição da família, as pessoas que olham pra gente como aberração, como se a gente fosse doente, monstro, como se fosse uma escolha, um capricho. [...] Helmut é mestiço e sofre racismo, mesmo tendo nascido perto de Dresden: a mãe dele é africana e o pai é alemão. Então pra muita gente aqui ele não é nem alemão de verdade, porque não é branco, e nem homem de verdade, porque nasceu mulher. [...] Ele [Helmut] é generoso e com a convivência dele, entendi que não posso ser egoísta e achar que tá tudo bom porque me estabilizei. A luta é plural e não pode ser conveniente (Catherine, *Diário de campo*, 25 out. 2021).

A Catherine, o casal de amigos gay curdos, as amigas turcas trans e Helmut construíram estreitas relações de sororidade: compartilharam não apenas trajetórias de vida e memórias de lutas e resistências contra a heteronormatividade e o cispatriarcado, mas, também, edificaram estratégias de luta. Ou seja, sociologicamente, estas relações de sororidade podem ser interpretadas como exemplos de agência na luta contra a discriminação (Ortner, 2007).

Esses vínculos de amizade de Catherine evidenciam como experiências diaspóricas compartilhadas, motivadas, sobretudo, pelo direito de serem quem realmente são, podem fortalecer estratégias comuns de luta pelo reconhecimento (Honneth, 1995). Assim, estas relações de sororidade revelam a dinamicidade e convergência das lutas antirracistas, pós-coloniais e contra a LGBTQIAPN+fobia na contemporaneidade.

Considerações finais

Nos três países analisados, as mulheres trans brasileiras inserem-se num complexo sistema social, em que constituem minorias dentro de coletividades maiores extremamente heterogêneas e marcadamente marginalizadas, que são aquelas compostas pelas/os imigrantes e refugiadas/os de várias nacionalidades e pertencimentos étnico-raciais.

No estudo, utilizamos uma metodologia qualitativa, com incursões no terreno etnográfico, na qual priorizamos não somente as trajetórias de vida de algumas interlocutoras, com as quais foi possível construir laços de amizade e confiança, mas, também, a perspectiva das interlocuções inter-etnográficas, baseadas na horizontalidade, em que elas pudessem participar nas reflexões como agentes ativas na produção do conhecimento sociológico. Todas leram as descrições das suas trajetórias, opinaram e dialogaram com os autores sobre a melhor forma narrativa de contar as suas histórias de vida e refletir sobre os seus quotidianos.

Pelas histórias de vida analisadas nesse estudo, especialmente as de Catherine, Karine e Michelle, percebemos que as relações de sororidade e resistências antirracistas constroem-se, não apenas entre as mulheres trans brasileiras, mas, também, entre estas e outras pessoas trans, como nos

casos de Helmut (um homem trans e mestiço), Mye (uma pessoa trans não-binária) e das interlocutoras turcas trans que preferiram não ser aqui identificadas.

Como vimos, o segmento trans da diáspora brasileira, nestes complexos contextos diaspóricos, dinamiza as relações de colonialidade no mundo lusófono e, por meio de estratégias como as relações de sororidade (entre outras), ressignificam as lutas antirracistas, pós-coloniais e interseccionais nas quais as brasileiras trans estão inseridas. Diante destas conjunturas sociopolíticas, é plausível considerar que as realidades das brasileiras trans, que atuam nos mercados do sexo da Europa Central, podem ser melhor analisadas a partir de epistemologias que contemplem a interseccionalidade, ou seja, levando em conta a combinação de discriminações múltiplas, que se fazem presentes nos seus quotidianos na Alemanha, Holanda e Suíça.

Com isso, essa possível epistemologia da interseccionalidade poderia escapar dos lugares-comuns e das meras políticas da identidade, que são limitadas, segundo Ramón Grosfoguel (2005, 2015), porque não são capazes de transformar as velhas matrizes do poder colonial. Neste contexto, é preciso criar novas estratégias e políticas de mudança social, capazes de romper com as estruturas da colonialidade, com as relações de poder construídas a partir da convergência entre racismo, machismo, misoginia, homofobia, transfobia, xenofobia e outros elementos constitutivos da modernidade eurocêntrica.

A partir de epistemologias e cosmologias pós-coloniais e decoloniais, uma das contribuições desse estudo é a comprovação de que as relações de sororidade interculturais e as lutas contra discriminações e preconceitos, relacionados à pertença étnico-racial, nacionalidade, orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, precisam ser compreendidas, não de forma reducionista e excludente, mas de forma abrangente e integradora e com o desejável e necessário empoderamento dos valores de cidadania, justiça social e defesa dos Direitos Humanos.

Fontes

BESD. Uber üns. *BesD*, [s./d.]. Disponível em: <https://bit.ly/4wr6ASl>. Acesso em: 06 jul. 2026.

BUNDESAMT FÜR STATISTIK. Ausländische Bevölkerung. *Bundesamt Für Statistik*. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4aFLZlf>. Acesso em: 06 jul. 2026.

LSVD. Was macht der Lesben- und Schwulenverband (LSVD)? *Verband Queer e Vielfalt*. [s./d.]. Disponível em: <https://bit.ly/3SKhpRq>. Acesso em: 06 jul. 2026.

NAÇÕES UNIDAS. Brasil é o país que mais mata travestis e pessoas trans no mundo, alerta relatório da sociedade civil entregue ao UNFPA. *Nações Unidas Brasil*. 03 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/4y7OpTJ>. Acesso em: 06 jul. 2026.

TGEU. About us. *TGEU*, [s./d.]. Disponível em: <https://tgeu.org/about-us/>. Acesso em: 06 jul. 2026.

Referências

AGUSTIN, Laura. *Trabajar em la industria del sexo, y otros tópicos migratorios*. San Sebastián: Gakoa Editores, 2004.

AGUSTIN, Laura. *Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry*. London: Zed Books, 2007.

AHMED, Sara. *Strange encounters: embodied others in post-coloniality*. London: Routledge, 2000.

- BADER, Christian. *Yéniches: Les derniers nomads d'Europe*. Paris: L'Harmattan, 2013.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2, p. 89-117, 2013.
- BARTOS, Hendrik. *Prostitution: ursachen und situation in Deutschland*. München: Grin Verlag, 2013.
- BAUERDICK, Rolf. *Zigeuner: Begegnungen mit einem ungeliebten volk*. München: Deutsche Verlags-Anstalt, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CAIRO, Heriberto; GROSGOUEL, Ramón. *Descolonizar la modernidad, decolonizar Europa: diálogos Europa-América Latina*. Madrid: IEPALA, 2010.
- CLEMONS, Tammy. Goodbye Gauley Mountain: an ecosexual love story. *Journal of Appalachian Studies*, v. 20, n. 1, p. 91-93, 2014.
- ERIKSEN, Thomas Hylland. *Ethnicity and Nationalism: anthropological perspectives*. London: Pluto Press, 2002.
- ESCOBAR, Arturo; MIGNOLO, Walter. *Globalization and the Decolonial option*. London: Routledge, 2010.
- FREEDMAN, Jane. *Selling Sex: trafficking, prostitution and sex work amongst migrant women in Europe*. London: Routledge, 2003.
- FULLER, Graham. Is Turkey out of control? *Responsible Statecraft*, 04 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4p8grL1>. Acesso em: 06 jul. 2026.
- GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.
- GERHEIM, Udo. *Die produktion des freiers: machtim feld der prostitution. Eine soziologische Studie*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2011.
- GROSGOUEL, Ramón. The Implications of Subaltern Epistemologies for Global Capitalism: transmodernity, border thinking and global coloniality. In: ROBINSON, William; APPLEBAUM, Richard (Orgs.). *Critical globalization studies*. London: Routledge, 2005, p. 283-292.
- GROSGOUEL, Ramón. Interculturalidad ¿diálogo o monólogo?: la subalternidad desde lacolonialidad del poder en los procesos fronterizos y transculturales latinoamericanos. *Guaraguano: Revista de Cultura Latinoamericana*, v. 19, n. 48, p. 97-110, 2015.
- HONNETH, Axel. *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- JAHNSEN, Synnøve; WAGENAAR, Hendrik. *Assessing prostitution policies in Europe*. London: Routledge, 2018.
- JONUZ, Elizabeta. Die Bildungs situation der Sinti und Roma in Deutschland. In: HORNBERG, Sabine; BRÜGGEMANN, Christian (Orgs.). *Die Bildungs situation der Sinti und Roma in Europa*. Münster: Waxmann Verlag, 2013, p. 91-120.
- JONUZ, Elizabeta. Leben in einer Gesellschaft mit Rassismus hintergrund. *Heinrich Böll Stiftung*. 03 dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/4wp1toB>. Acesso em: 06 dez. 2021.
- JONUZ, Elizabeta; WEIß, Jane. *(Un-)Sichtbare Erfolge: bildungswege von Romnja und Sintize in Deutschland*. Cham: Springer, 2020.
- KARA, Siddharth. *Sex Trafficking: inside the business of modern slavery*. New York: Columbia University Press, 2009.
- LAGARDE, Marcela. *La regulación social del género: el género como filtro de poder*. Antología de la Sexualidad Humana. Ciudad de México: Consejo Nacional de Población, 1994.
- LAGARDE, Marcela. *Claves feministas para la autoestima de las mujeres*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2020.
- MACKINNON, Catharine. Trafficking, prostitution and inequality. *Harvard Civil Rights Civil Liberties Law Review*, v. 46, n. 8, p. 271-309, 2011.
- MARTINS, Paulo Henrique. *La decolonialidad de América Latina y la heteretopía de una comunidad de destino solidaria*. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2012.
- MATTSON, Greggor. *The cultural politics of European prostitution reform*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

- MIGNOLO, Walter. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durham: Duke University Press, 2011.
- MIGNOLO, Walter. Delinking: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2, p. 449-514, 2007.
- MINAHAN, James. *One Europe, many Nations: a historical dictionary of european National Groups*. London: Greenwood Press, 2000.
- ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter (Orgs.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Brasília: Editora da ABA, 2007, p. 45-80.
- PELÚCIO, Larissa. "Sinpapeles" pero conglamur: Migración de travestis brasileñas a España (reflexiones iniciales). *Vibrant*, v. 6, n. 1, p. 170-197, 2009.
- PELÚCIO, Larissa. "Amores perros": sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo. In: PISCITELLI, Adriana; OLIVEIRA ASSIS, Glaucia de; NIETO OLIVAR, José Miguel (Orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Unicamp/PAGU, 2011, p. 185-224.
- PISCITELLI, Adriana. Entre a praia de Iracema e a União Europeia: turismo sexual internacional e migração feminina. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 283-318.
- PISCITELLI, Adriana. Corporalidade em confronto. Brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 17-32, 2007.
- PISCITELLI, Adriana. ¿Actuar la brasileñidad? tránsitos a partir del mercado del sexo. *Etnográfica*, v. 15, n. 1, p. 5-29, 2011.
- QUIJANO, Anibal. *Coloniality of power, eurocentrism and Latin America*. Durham: Duke University Press, 2000.
- SANDERS, Teela. *Sex Work: a risky business*. Portland: Willan, 2005.
- STATLINE. Bevolking; geslacht, leeftijd, generatie en migratie achtergrond. *Opendata*, 31 maio 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3SLu7PV>. Acesso em: 06 jul. 2026.
- TAGESSCHAU. Fast 123.000 Geflüchtete in Deutschland. *Tagesschau*. 2022. Disponível em <https://bit.ly/4vja0WB>. Acesso em: 06 jul. 2026.
- TIBI, Bassam. *Europa ohne Identität? Die Krise der multikulturellen Gesellschaft*. München: Bertelsmann, 1998.
- TIBI, Bassam. *Basler Unbequeme Gedanken: Über illegale Zuwanderung, Islamisierung und Unterdrückung der Redefreiheit*. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2018.
- TLOSTANOVA, Madina; MIGNOLO, Walter. *Learning to Unlearn: decolonial reflections from Eurasia and the Americas*. Columbus: Ohio State University Press, 2012.
- VAN BAAR, Huub; KÓCZÉ, Angéla. *The Roma and their struggle for identity in Contemporary Europe*. Oxford: Berghahn Books, 2020.
- VALENCIA, Sayak; SEPÚLVEDA, Katia. Del fascinante fascismo a la fascinante violencia: psico/bio/necro/política y mercado gore. *Mitologías Hoy*, v. 14, p. 75-91, 2016.
- VALENCIA, Sayak; ZHURAVLEVA, Olga. Necropolítica, políticas postmortem/transmortem y Transfeminismos em las economías sexuales de la Muerte. *Transgender Studies Quarterly*, v. 6, n. 2, p. 180-193, 2019.
- VARTABEDIAN, Julieta. Migraciones trans: travestis brasileñas migrantes trabajadoras del sexo en Europa. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 275-312, 2014.
- WIPPERMANN, Wolfgang. *Niemand ist ein Zigeuner: Zur Ächtung eines europäischen Vorurteils*. Hamburg: Edition Körber-Stiftung, 2015.
- ZEPPENFELD, Stefan. *Vom Gast zum Gastwirt? Türkische Arbeitswelten in West-Berlin*. Göttingen: Wallstein Verlag, 2021.